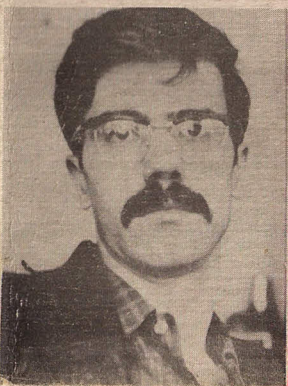
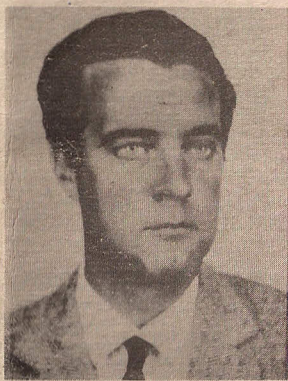


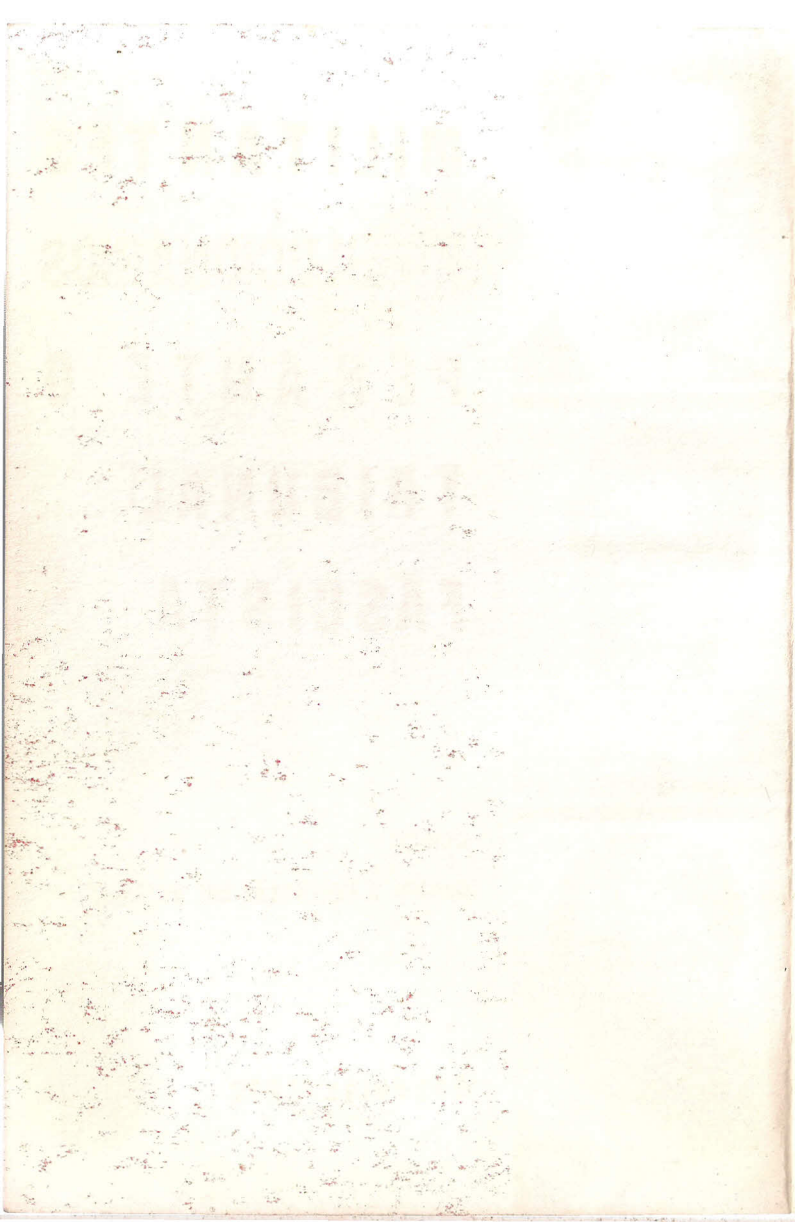
MILITANTES REVOLUCIONÁRIOS PERANTE O TRIBUNAL FASCISTA



MILITANTES REVOLUCIONÁRIOS PERANTE O TRIBUNAL FASCISTA

comité
contra a repressão em portugal

bruxelas 1970



Francisco Martins Rodrigues

**MILITANTES
REVOLUCIONÁRIOS
PERANTE O
TRIBUNAL
FASCISTA**

João Pulido Valente

comité

contra a repressão em portugal

Ruy d'Espiney

bruxelas 1970

MILITANTES

REVOLUCIONARIOS

PERANTE O

TRIBUNAL

FASCISTA

Francisco Ferrer y Ferrer

Los Ferrer

1938

1938

1938

Realizou-se em Lisboa, de 5 a 12 de Maio, no Tribunal Plenário da Boa-Hora, o julgamento de Francisco Martins Rodrigues, João Pulido Valente e Ruy d'Espiney.

Presos pela PIDE respectivamente em Janeiro de 1966, Dezembro de 1965 e Fevereiro de 1966, selvaticamente torturados, submetidos a um regime de detenção particularmente duro, Francisco Martins Rodrigues, João Pulido Valente e Ruy d'Espiney - antigos dirigentes do Comité Marxista-Leninista Português e da Frente de Acção Popular - mostraram perante o tribunal fascista da burguesia o que deve ser a defesa política de um militante revolucionário.

Dada a importância política de que se revestem essas defesas, aqui as publicamos na íntegra, lamentando que o texto da defesa de João Pulido Valente - que desmascarou os métodos bárbaros da repressão fascista e que se recusou a reconhecer ao tribunal o direito de julgá-lo - não tenha podido ser-nos transmitido.

declarações

de

francisco martins rodrigues

Antes de me referir às acusações que nos são feitas, quero relatar como decorreu a instrução do processo que serve de base a este julgamento, para se ajuizar da sua validade.

Fui preso em 30 de Janeiro de 1966 numa rua de Lisboa, mas só dei entrada na cadeia de Caxias no dia 15 de Março; isto significa que passei um mês e meio fechado num gabinete da sede da PIDE, ou seja, durante a maior parte da instrução do processo. Fiz aí dois períodos de 7 e 8 dias de privação total de sono, só intervalados por algumas horas de repouso. Os agentes revezavam-se para não me deixarem dormir e obrigavam-me a andar ou a correr continuamente em volta do gabinete, à força de pancada. Quando caía, exausto, faziam-me levantar à cassetada. Nos últimos dias deste suplício, quando já não me sustinha de pé, com os pés e as pernas inchadas, sofrendo de alucinações, esbarrando contra as paredes, os agentes seguravam-me por debaixo dos braços e passavam-me na sala, para mesmo assim não poder dormir. Como é bem conhecido, a privação do sono durante centenas de horas po-

de conduzir à loucura e até à morte.

Escusado será dizer que fui espancado brutalmente: fui espancado pelo inspector José Gonçalves e um grupo de agentes logo que entrei na sede da PIDE, provocando-me várias equimoses; fui espancado, três dias depois, pelo inspector Mortágua, durante mais de meia hora, a soco e pontapé; fui espancado várias vezes pelo agente Inácio Afonso e por outros cujo nome desconheço; fui repetidamente ameaçado de morte, tendo o agente Inácio Afonso feito uma simulação de fusilamento, encostando-me uma pistola à cabeça, de outra vez fez-me despir e, exibindo uma faca de mato, dizia que me ia pôr os intestinos à mostra, como tinha feito em Angola aos guerrilheiros do movimento de libertação.

Passados estes primeiros 16 dias, já me deixaram dormir e não voltei a ser espancado, mas tive que ficar mais um mês na sede da PIDE, até desaparecerem as equimoses que tinha no rosto e pelo corpo. Isto pode dar uma ideia dos métodos utilizados, que, aliás, são os habituais da PIDE.

Foi nestas condições que decifrei apontamentos que me haviam sido apanhados nos bolsos e que pus a minha assinatura em autos já feitos que a polícia me apresentou, dizendo-me: «Se queres ir dormir, assina». E como, passado o período de privação do sono e de espancamentos, recusei fazer novas declarações e assinar incondicionalmente os autos que me eram apresentados, a PIDE forjou várias folhas de «declarações», falsificou a minha rúbrica no cimo das páginas e intercalou-as num auto que eu assinara. Foi só em Junho, quando o meu advogado me levou a cópia completa dos autos, que tomei conhecimento de declarações que me eram atribuídas e que não fizera nem assinara. O meu advogado requereu na altura um exame de letra para comprovar a falsificação e o parecer dos peritos encontra-se junto do processo.

Um processo baseado em declarações arrancadas pela violência e em autos forjados não tem qualquer validade e classifica suficientemente a polícia que o instruiu e o Estado fascista português. Repudio-o inteiramente.

E estou à vontade para o fazer porque, nem pretendo fugir às responsabilidades pela minha actividade revolucionária, responsabili-

dades que assumo integralmente, como exporei a seguir, nem procuro diminuir perante os meus camaradas a gravidade das declarações que prestei. Como comunista, estava obrigado a não fazer quaisquer declarações aos inimigos da classe operária, fossem quais fossem as torturas empregadas, a exemplo do meu camarada João Pulido Valente. Foi preciso passar por esta experiência para verificar que ainda não tinha verdadeira tempêra de comunista. Mas se a PIDE esperava aniquilar-me política e moralmente, enganou-se : tanto os meus camaradas como os meus inimigos podem estar certos de que me esforçarei por merecer o título de militante comunista.

Vou referir-me às acusações principais que constam do processo, integrando-as na nossa linha geral e nas circunstâncias em que surgimos, de modo a caracterizar exactamente o que são e o que pretendem os comunistas portugueses.

1. RECONSTRUIR O PARTIDO COMUNISTA

O despacho da pronúncia afirma que surgimos como uma dissidência do PCP, por defendermos métodos de actuação mais eficazes, segundo uma linha pró-chinesa, e que o nosso objectivo seria constituir um novo Partido Comunista, desenvolvendo com esse fim diversas actividades clandestinas. Isto é exacto, mas, só em parte, porque nem nós somos uma dissidência do partido de Álvaro Cunhal, nem as divergências que dele nos separam se limitam a métodos de actuação.

Nos anos de 1961-62, o desenvolvimento da revolução mundial colocou o Partido Comunista em Portugal perante a necessidade de fazer uma escolha em três questões fundamentais: em primeiro lugar, deu-se no movimento comunista internacional o rompimento entre a ala revolucionária e a ala reformista, era preciso decidir se o Partido ia alinhar com a corrente marxista-leninista guiada pelo pensamento de Mao Tsé-tung, o dirigente do proletariado mundial e dos povos oprimidos, ou se, pelo contrário, ia alinhar com a corrente

revisionista, concretizada na restauração do capitalismo na URSS e na paralização da revolução no mundo inteiro; em segundo lugar, iniciou-se a guerra contra os movimentos de libertação nacional nas colónias portuguesas e era preciso decidir se o Partido ia trabalhar pela derrota do governo nessa guerra ou se ia limitar-se a fazer a sua condenação moral; em terceiro lugar, finalmente, o movimento popular anti-fascista entrara então numa fase de grandes manifestações, e era preciso decidir se o Partido ia conduzir os trabalhadores a iniciarem-se contra a repressão e preparar o desencadeamento da insurreição armada, ou se ia conter o movimento anti-fascista nos limites legais e pacíficos.

Nunca desde a sua fundação, enfrentara o Partido uma prova política de tal envergadura. Como se sabe, a direcção chefiada por Álvaro Cunhal escolheu nestas três questões vitais a segunda via, a via revisionista, pacifista, reformista, provocando uma grande crise no interior do Partido. Esta traição aos interesses revolucionários do proletariado português não foi mais, afinal, do que o coroamento da política oportunista de uma direcção que há muito perdera a confiança nas massas trabalhadoras e na revolução e vinha amarrando a classe operária sob a canga da Unidade com a burguesia liberal.

Depois disto, os militantes que se mantinham fiéis ao marxismo-leninismo e às tradições revolucionárias do Partido Comunista Português não tinham outra alternativa senão romper com o grupo revisionista e encetar a reconstituição do Partido. O Comité Marxista-Leninista Português, criado em 1964 por um grupo de militantes entre os quais nos encontrámos, tem justamente por missão preparar a reconstituição do Partido Comunista em Portugal.

Como era de esperar, sob o efeito da campanha revisionista contra nós lançada, houve quem não compreendesse a justeza da nossa atitude e nos acusasse de estarmos a enfraquecer o Partido e a luta contra o governo fascista. Mas os acontecimentos começaram já a dar-nos razão e isso tornar-se-á cada vez mais evidente para todos os autênticos revolucionários. Sem um Partido efectivamente revolucionário, marxista-leninista, não há vitória possível para o movimento popular em Portugal, mas apenas derrotas e logros. Os comu-

nistas não podem admitir qualquer compromisso com o revisionismo, agente da burguesia entre o proletariado, e tem como primeiro dever limpar as fileiras do Partido, ainda que isso produza dificuldades temporárias. Foi Staline quem disse com razão: «O Partido torna-se mais forte e não mais fraco de cada vez que se depura dos oportunistas.»

Interessa acentuar, portanto, que nem pretendemos criar um novo partido, nem somos uma nova facção na cena política portuguesa : somos comunistas simplesmente. Estamos na continuação e no desenvolvimento do movimento comunista em Portugal. Somos os continuadores da orientação de José Gregório, Militão Ribeiro e dos milhares de militantes comunistas que construíram o Partido e conduziram o proletariado e o povo durante 40 anos em acções como a greve insurreccional de 1934, a grande greve de Julho de 1943 e as manifestações de 1958, 1961 e 1962.

E estamos certos que a nossa acção, sejam quais forem os seus insucessos temporários, acabará por ser coroada pelo reaparecimento do Partido Comunista de Portugal, porque é um facto histórico constatado em todo o mundo que o proletariado produz o seu partido comunista para o guiar na revolução, na destruição do capitalismo e na construção do socialismo. Se o Partido é desmantelado pela polícia, volta a reconstruir-se - e o nosso Partido já foi reconstruído por três vezes, em 1929, em 1941 e em 1950; se o Partido é infiltrado por políticos revisionistas que o fazem degenerar num partido «ordeiro», num partido burguês para operários, como lhe chamava Lenine, volta a reorganizar-se - e é o que está acontecendo desta vez. Alguém aparece sempre para empunhar a bandeira vermelha do marxismo-leninismo.

Para prepararmos a reconstituição do Partido, actuámos efectivamente na clandestinidade, tal como nos acusam. Recorremos a falsos documentos de identificação, usámos pseudónimos, entrámos e saímos clandestinamente do país, estabelecemos contactos, fize-

mos reuniões, constituímos comités, redigimos, imprimimos e ditamos propaganda clandestina. Tudo isto faz parte da actividade diária dos comunistas, que têm por objectivo destruir a ordem social existente e não esperam portanto qualquer tolerância das autoridades burguesas. A nossa clandestinidade, não a negamos, porque é parte integrante da nossa acção revolucionária.

E não nos causa receio, mesmo que o preço a pagar em prisões, perseguições e assassinatos, seja mais pesado que o dos últimos 40 anos, porque é através dos sacrifícios da luta clandestina que o Partido e a revolução abrem o seu caminho. Nos últimos 6 anos, desde que foi fundado o Comité Marxista-Leninista Português, já passaram por este tribunal 50 réus que receberam mais de 100 anos em penas de prisão, além das «medidas de segurança». Nos próximos anos passarão talvez muitos mais e as condenações poderão subir a 200, 300 ou 500 anos, mas isso não evitará que muito em breve o Partido Comunista de Portugal seja uma realidade. No momento em que somos julgados, os trabalhadores de todo o mundo festejam o centenário do nascimento do grande Lenine, o genial continuador de Marx e condutor da revolução russa: estamos certos de que isso inspirará os comunistas portugueses a novos progressos na reconstrução do Partido, fazendo-o penetrar na classe operária e tomando a cabeça das suas reivindicações. O proletariado português voltará a ter à sua frente o seu estado-maior revolucionário, lançará ao caixote do lixo da história os revisionistas, social-democratas e outros agentes da burguesia e do imperialismo e seguirá o caminho da revolução.

2. APOIAR A CHINA E A LUTA ANTI-IMPERIALISTA

O despacho da pronúncia afirma que visitei a China e, em contacto com os dirigentes do Partido Comunista da China, tracei a orientação do CMLP e da FAP. Isto levanta todo o problema da posição internacional dos comunistas portugueses que é preciso pôr a claro.

Antes de mais, é preciso dizer que estive de facto na China, em missão do CMLP, (tal como estive na Albânia) e que tive de facto conversações com dirigentes do Partido Comunista da China. Mas não tracei nenhuma orientação «em contacto» com esses dirigentes, não recebi quaisquer directivas para a acção dos comunistas portugueses, como o despacho da pronúncia dá a entender. Os comunistas de todos os países auxiliam-se mutuamente sem restrições mas não têm partidos chefes e partidos subordinados nem promovem revoluções telecomandadas. Convém não confundir os comunistas com a CIA. Somos o partido político do proletariado português e sabemos que a nossa tarefa é preparar a classe operária para que ela própria faça a revolução. O socialismo, ninguém o dará ao povo português, terá que ser ele a conquistá-lo.

Mas isto não responde à questão : qual é a nossa atitude face à China? A nossa atitude é de apoio total ao povo chinês e ao governo chinês, no campo ideológico, político e militar. A revolução chinesa, dirigida por Mao Tsé-tung, libertou um quarto da humanidade, é a vanguarda da revolução mundial e o exemplo daquilo que os trabalhadores de todo o mundo têm para realizar. E a grande revolução cultural proletária levada a cabo nos últimos anos foi um novo grande salto em frente que libertou novas energias revolucionárias nas massas e acelera a construção do socialismo em todas as frentes.

Apoiar a China ou atacar a China - tal é hoje a linha de demarcação que em todos os países separa os comunistas e progressistas dos reaccionários, dos imperialistas e seus lacaios.

É da China que sopra o vento revolucionário que percorre a Ásia, África e América latina, levantando as massas oprimidas pelo imperialismo numa sucessão de insurreições e guerras revolucionárias de força irreprimível. Como um rastilho, o pensamento de Mao Tsé-tung transpõe todas as barreiras, chega a todos os cantos do mundo e desperta os oprimidos para a luta contra o imperialismo, contra o capital, por um mundo novo de trabalhadores livres e iguais. A fase de recuo e desorganização do movimento de libertação nacional, provocada pela irrupção do revisionismo moderno, está a chegar ao fim

e agora assistimos ao início de uma nova onda revolucionária que arrancará novos milhões de seres humanos à exploração do capital e estreitará mais ainda os limites do campo imperialista. Nada pode deter esta força que transforma as regiões coloniais e neo-coloniais no centro das tempestades revolucionárias da nossa época.

Nós chamamos a classe operária portuguesa a enfileirar ao lado de todos os povos oprimidos na luta contra o imperialismo, a reconhecer nele o inimigo comum de toda a humanidade trabalhadora, a origem da exploração, da opressão e da guerra. O imperialismo americano é actualmente o exemplo vivo daquilo que o capitalismo tem para dar aos povos : a guerra de agressão ao Vietnam alastra neste momento ao Camboja, ao Laos, à Tailândia, à Malásia, num esforço desesperado para conter o movimento popular libertador; na Palestina, na Coreia, na América Latina, em África, o governo americano organiza provocações armadas, golpes de Estado fascistas, massacres - tudo para assegurar a insaciável exploração das matérias primas e dos mercados em benefício dos *trusts*. Nós sempre temos dito, contra as estúpidas lendas postas a correr pelos revisionistas, que a natureza do imperialismo é imutável. Os EUA são os sucessores do nazismo, a expressão máxima do apodrecimento capitalista, e só se forem rechaçados por toda a parte com a mesma decisão de que dá provas o povo do Vietnam, serão impedidos de desencadear uma nova guerra mundial.

E a sua capacidade agressiva reforça-se ainda mais com a evolução desastrosa da URSS, que fora durante decénios o baluarte do socialismo e que, depois da guerra mundial, devido à formação de uma camada privilegiada ao abrigo da vigilância das massas, entrou na via da restauração do capitalismo, liquidando uma a uma as conquistas do povo soviético. A URSS actua já hoje como uma potência imperialista, concorre com os EUA na partilha do mundo em esferas de influência, ao mesmo tempo que se entende com eles para sufocar os movimentos revolucionários e estabilizar o imperialismo à custa dos povos.

Sabemos que, atacando o social-imperialismo russo, que é socia-

lista na fachada e imperialista de facto, não somos compreendidos por muitos trabalhadores mal informados que ainda identificam a URSS actual com a grande revolução russa e com a URSS de Staline que esmagou o nazismo, mas é necessário que eles saibam que o regime actual da URSS já não é o bastião mas um inimigo disfarçado da revolução popular.

O domínio da cena mundial pelas duas grandes potências coligadas, EUA e URSS, longe de ser a garantia da paz, como se apregoa, acumula perigos imensos para os povos, não só porque os imperialistas poderão ser levados em qualquer altura a resolver as suas rivalidades pela guerra nuclear, como porque intervêm desde já contra os movimentos de libertação nacional, como e sobretudo porque adoptaram uma política de cerco e agressão à China, tentados a fazer uma guerra «preventiva», antes que o seu exemplo revolucionário contagie outros povos. Só não o fizeram ainda porque sabem que não têm que se haver com um exército capitalista convencional mas com 700 milhões de homens e mulheres em armas, unidos pelo pensamento revolucionário de Mao Tsé-tung e conscientes de que qualquer imperialista, por mais forte que seja, não passa dum tigre de papel impotente perante os povos.

Mas o risco de ataque à China avoluma-se todos os dias, camuflado sob uma cortina de silêncio. Se tal vier a dar-se, os comunistas portugueses chamarão a classe operária a lutar por todos os meios em apoio da China. Estamos certos de que, no fim de contas, uma tal aventura seria esmagada pelos povos e só serviria para apressar o triunfo da revolução mundial.

3. CRIAR UMA FRENTE DE ACÇÃO POPULAR

O despacho da pronúncia acusa-nos também de termos constituído a Frente de Acção Popular, «organização secreta e subversiva, visando alterar a Constituição e mudar a forma de governo por meios violentos e não consentidos». Isto levanta o problema da linha táctica que os comunistas preconizam contra o actual regime.

Ao constituirmos a FAP com o objectivo de unir o povo para uma acção revolucionária contra o regime, nós partimos do princípio de que nenhuma transformação se dará em Portugal sem uma insurreiçãõ popular e uma guerra revolucionária prolongada que varra à sua frente, não só o governo mas toda a máquina militar e burocrática montada pela burguesia nos últimos 150 anos. Um golpe militar, por melhor organizado que seja, é impotente para esta tarefa. Basta vermos como actua diàriamente esse aparelho de Estado, as tradições de opressão, expoliação, arbitrariedade e obscurantismo que enraizou em toda a vida nacional, para compreendermos que qualquer tentativa de democratização tem de atacar desde logo os próprios fundamentos do Estado. É que o fascismo português não é um acidente histórico nem uma aberração saída do cérebro de um ditador : ele é a forma necessária do regime burguês em Portugal que, pela sua própria fraqueza, desequilíbrio e sujeição ao estrangeiro, está condenado a só sobreviver amparado por um governo despótico. A alternativa que se coloca em Portugal é : ou ditadura fascista da burguesia sobre os trabalhadores, ou ditadura democrática dos trabalhadores sobre a burguesia. Não há outra possibilidade, ainda que os revisionistas acenem com uma utópica «democracia nacional» proletária-burguesa.

E isto ressalta com mais clareza ainda do que no momento da nossa prisão. Afastado Salazar do poder, passado ano e meio de governação de Marcelo Caetano e esgotado já o efeito dos *slogans* publicitários iniciais, o carácter fascista profundo das instituições afirma-se com maior vigor : as guerras coloniais avassalam toda a vida nacional e a história colonialista sobe de tom à medida que se desenha no horizonte a derrota inevitável; o regime de ditadura não foi afrouxado, apesar dos reajustamentos e das mudanças de etiquetas e continua quente na PIDE, no partido único, nas eleições-farsa e na censura; o novo «Estado Social» revela-se à nascença tão odioso para os operários como o «Estado corporativo», com os mesmos «sindicatos» policiaes, a mesma proibição da greve, a mesma «Providência» capitalista; se alguma coisa nos trouxe de novo foi a inflação, que é o meio de fazer pagar pelos trabalhadores a aventura da

guerra e a opulência da burguesia. Para lá da fachada dos discursos, a grande massa dos trabalhadores portugueses continua subalimentada, sem assistência médica, sem cultura, vivendo em bairros de lata ou aldeias abandonadas, vendo os seus filhos dizimados pelas doenças, forçado à emigração. O povo português continua a ser o mais pobre e atrasado da Europa.

Nós não negamos que haja uma evolução do regime. Mas essa evolução, que se cobre com o rótulo de «liberalização», nada mais é do que uma modernização da ditadura que precisava romper com o estilo patriarcal e rotineiro típico da burguesia latifundiária e roceira, para se tornar mais dinâmica e flexível, de modo a acompanhar o crescimento capitalista e a penetração brutal do imperialismo desde 1960. O que há de novo com Marcelo Caetano é que as ligações entre o Estado e a finança se tornam de dia para dia mais estreitas e que, à sombra dos discursos sobre «planeamento» e «racionalização», prolifera como nunca a anarquia dos monopólios, senhores das alavancas do poder. Entrámos na etapa do capitalismo monopolista de Estado, que significa a subordinação total da sociedade aos interesses de uma dúzia de grupos financeiros internacionais. A «liberalização» de Caetano é afinal um reforçamento do fascismo e da contra-revolução em Portugal.

Como poderíamos nós deixar então de criticar as farsas oposicionistas que, nas últimas «eleições» de deputados, chamaram com toda a seriedade os cidadãos às urnas, «na ordem e no civismo» e abafaram todas as tendências populares para saltar por cima da legalidade e exprimir a sua indignação nas ruas? Pois não eram estas «eleições» tão falsas como as anteriores, com a massa dos operários e camponeses sem direito a voto, com o regime de partido único, com as mesmas restrições infames à liberdade de reunião e de informação? O resultado de uma luta em que a Oposição consentia antecipadamente em deixar-se amarrar de pés e mãos era facilmente previsível; mas a maioria dos grupos oposicionistas concorreu ordeiramente como lhes era pedido, fez todos os esforços para não ser considerada «irresponsável» pelo governo e até houve troca de amabilidades no fim da «batalha eleitoral»!

Nós, comunistas, nunca nos opusemos à utilização das possibilidades legais, por mínimas que sejam, mas é evidente que essa utilização tem de ser conduzida de modo a reforçar a unidade e a acção popular e não a servir as manobras do governo. Perante o espectáculo destas «eleições», sem precedentes na nossa vida política dos últimos 40 anos, não podemos deixar de evocar a figura do general Delgado, que não pretendeu fazer-se passar por comunista nem por socialista, mas que era incapaz de aceitar dõcilmente as regras do jogo ditadas pelo inimigo.

É indiscutível que a oposição burguesa (e quando falamos em oposição burguesa incluímos nela de pleno direito o partido revisionista) está lançada na tática de arrancar graduais concessões ao regime, de exercer uma pressão constante mas dentro dos limites da ordem, a fim de aproximar a almejada liberalização que lhes permita intervir na condução da política nacional. Estão convencidos de que a penetração do imperialismo estrangeiro provocará uma evolução automática para o regime de democracia burguesa, pelo figurino da Europa ocidental, esquecendo que o imperialismo fomenta invariavelmente nos países seus dependentes o fascismo e o terror, como único meio de impor a super-exploração das massas.

E no que resulta afinal esta tática? Resulta em policiar-se o movimento popular, arrastando-o para inofensivas demonstrações «cívicas», semeando ilusões absurdas e fechando o caminho à luta revolucionária. São pontos de vista já velhos na nossa política e que já deram as suas provas: no fim da segunda guerra mundial, chamava-se a esta linha a «política de transição»; mais tarde, em 1957, teve de novo grande voga sob o rótulo da «solução pacífica». De ambas as vezes, moderou-se a luta contra a ditadura para não comprometer as perspectivas de uma democracia que diziam iminente. E de ambas as vezes esta tática veio a revelar-se como uma forma de a oposição burguesa paralisar os trabalhadores em momentos críticos para o fascismo, ajudando-o a sobreviver e a consolidar-se. **Isto é a condenação histórica do reformismo e só pode classificar-se de uma forma: é colaboracionismo puro e simples.**

Essa mesma tática está a tentar-se impôr agora mais uma vez ao povo. Mas alguma coisa mudou na nova situação política. O CMLP e a FAP são ainda uma pequena força mas já fazem sentir a sua presença. O tempo em que os trabalhadores eram tutelados pelo bloco da Oposição passou e há agora em luta contra o regime uma oposição burguesa, subdividida em várias correntes, e uma oposição popular revolucionária guiada pelos comunistas. Há quem considere esta divisão um passo atrás; nós consideramo-la indiscutivelmente um passo à frente e os acontecimentos tirarão a prova do que afirmamos.

Nós rejeitamos a ideia de que não há outra alternativa para o Partido Comunista senão aliar-se às forças liberais, revisionistas e social-democratas e entrar em compromissos com elas; há outra alternativa, que é procurarmos a aliança das largas massas populares sem partido, dos operários, camponeses, empregados e estudantes, concluirmos acordos táticos com todos os agrupamentos dispostos a trabalhar pela insurreição popular, e construir assim uma larga Frente Popular que sirva os interesses das massas e não os da burguesia liberal. A FAP lançou as bases dessa política de Frente Popular autêntica, que não deixará de abrir caminho nos próximos anos.

A FAP tem declaradamente objectivos revolucionários mas não é isso que impedirá a adesão do povo, como pensam alguns; porque a ideia da revolução popular não foi transplantada por nós artificialmente para a política portuguesa : ela é engendrada e alimentada todos os dias pelas contradições desta sociedade injusta e corrupta. O povo encaminhar-se-á forçosamente para a revolução porque só a revolução e a República Popular que dela sairá podem satisfazer as suas aspirações de Paz, Liberdade, Pão, Terra e Independência. Eis porque estamos certos que a FAP, em cuja fundação nos orgulhamos de ter colaborado, tem à sua frente um largo destino histórico.

4. PREPARAR A INSURREIÇÃO ARMADA

O despacho de pronúncia não nos acusa só de preconizarmos uma orientação revolucionária; acusa-nos também de termos desenvolvido actos de violência revolucionária e cita, além do julgamento e execução dum espião da PIDE, por que já fomos condenados noutra tribunal, o lançamento de *cocktails* Molotov sobre instalações da polícia, quando das «eleições» de deputados de 1965, e ainda sessões de adestramento com armas e explosivos e a elaboração de planos de sabotagem.

Sobre este último ponto, acusa-me pessoalmente o despacho de pronúncia de ter planeado a destruição de caminhos de ferro e diz que «nem a barragem de Castelo de Bode escapou aos meus planos terroristas». A acusação demagógica é fácil de fazer, para atemorizar os tolos, mas nem por isso é menos falsa; a verdade é que os *croquis* que a PIDE me apreendeu e que não conseguiu decifrar se referem de facto a acções de sabotagem planeadas mas não têm nada a ver com descarrilamentos de comboios nem com barragens. Os actos de sabotagem dos comunistas, todos o sabem, não são dirigidos contra o povo mas contra os inimigos do povo e a sua máquina de guerra e repressão.

Acreditamos nós então na inevitabilidade da violência? São os comunistas uma espécie de fanáticos da bomba e da metralhadora? A melhor resposta que podemos dar a essa pergunta é com outra pergunta: que oportunidades dão a lei e a ordem burguesas aos operários e camponeses para se livrarem pacificamente dos exploradores que os escravizam? Nenhunas! A burguesia afecta uma atitude paternalista para com os trabalhadores mas de cada vez que eles se lançam na luta pelos seus direitos mais elementares, reage com crueldade indiscriminada, para os subjugar pelo terror. Os actos de violência dos oprimidos surgem sempre como última resposta a uma longa sucessão de actos de violência dos opressores. Quando executámos um espião da PIDE, já tínhamos atrás de nós o assassinato de dezenas de militantes comunistas, desde Alfredo Dinis a Dias

Coelho e a Cândido Capilé, os mortos do Tarrafal, o assassinato do general Delgado. Quando atacámos as instalações da polícia, já tínhamos atrás de nós a repressão brutal das greves e das manifestações populares desarmadas, o assalto e pilhagem dos sindicatos e jornais operários livres em 1933, as arbitrariedades acumuladas nestes 40 anos. Em matéria de violência, foi o regime que deu o exemplo aos trabalhadores.

Não temos dúvidas sobre o carácter limitado dos actos de violência que realizámos. A sua importância não provém tanto da sua amplitude, mas de terem dado expressão ao ódio de classe acumulado nas massas, de terem rompido com a tradição de pacifismo que lhes vinha sendo imposto desde há decénios pelos dirigentes reformistas, de terem rasgado um caminho de saída ao movimento popular, mostrando-lhe pelo exemplo que não precisa de ficar na expectativa dos golpes militares e que a solução do problema está exclusivamente nas suas mãos, está no lançamento da guerrilha urbana e rural, como primeiro passo no caminho da insurreição, partindo das pequenas acções para as grandes.

Sim, é verdade que procuramos destruir a ordem social existente por meios violentos e não consentidos na nossa constituição. Porque não temos a mínima dúvida de que não se pode começar a construir uma nova sociedade socialista sem primeiro destruir as estruturas desta. É preciso uma luta violenta e prolongada para elevar os trabalhadores, de máquinas de produzir lucros e cães de guarda do colonialismo, até à condição de produtores livres e senhores do seu destino. Prometer que uma nova sociedade mais justa pode sair desta sociedade infame, sem convulsões, sem guerra civil, por uma gradual democratização, é narcotizar os operários e nós não colaboramos nesse trabalho. A teoria da passagem pacífica ao socialismo é o maior escárnio que se pode fazer ao socialismo.

A experiência da revolução russa, da revolução chinesa, de todas as revoluções populares deste século, já provou de maneira irrefutável que só há uma alternativa : ou o proletariado, apoiado pelos

camponeses, reúne forças suficientes para destruir pelas armas a máquina do Estado burguês e construir o seu próprio Estado, ou tem que se sujeitar indefinidamente à exploração, à opressão e à guerra. Não há outra alternativa. Por isso, nós, comunistas, baseamos toda a nossa actuação no princípio enunciado por Mao Tsé-tung : «O poder sai dos canos das espingardas» e procuramos educar as massas populares através da acção e da experiência prática no sentido de confiarem apenas nas suas próprias forças e de se atreverem a desafiar o poder burguês, recorrerem em escala diferente ao emprego da violência contra a violência fascista da burguesia, até virem a construir no decurso da luta o seu próprio exército revolucionário capaz de as elevar ao poder.

A luta de classes no nosso país está a entrar num período de conflitos agudos gerados pelo desmoronamento do colonialismo, pela crise geral em que se afunda o capitalismo português e todo o sistema imperialista. Apesar de se tentar revestir de uma nova fachada de «legalidade», o governo vai forçosamente intensificar a repressão sobre as massas numa escala que deixará a perder de vista a dos últimos 40 anos. Se, com a nossa acção prática e a nossa propaganda, contribuirmos para armar a classe operária e o campesinato, todo o povo, para as batalhas que se aproximam, damo-nos por satisfeitos.

5. LUTAR PELA DERROTA DO GOVERNO NA GUERRA COLONIAL

Mas nós tínhamos ainda, além do mais, uma razão premente a exigir-nos o emprego imediato da acção violenta contra o regime : é que o país está lançado há nove anos numa guerra contra-revolucionária, tem 150 mil homens em armas a combater em África contra as insurreições nacionais dos povos de Angola, Moçambique e Guiné que exigem a sua independência.

Portugal é hoje a expressão mais viva da tese de Mao Tsé-tung quando afirma que o centro das tempestades revolucionárias se des-

locou na nossa época, do proletariado europeu e norte-americano, para os povos oprimidos da Ásia, África e América Latina. Em vez de serem os trabalhadores portugueses a dar a liberdade aos povos coloniais, como ainda há dois decénios se acreditava, são esses povos que estão dando uma contribuição decisiva para a derrocada do capitalismo português e para a emancipação dos trabalhadores portugueses.

Mas esperar tranquilamente que o sacrifício dos povos coloniais provoque a queda automática do regime fascista não é só uma inépcia, é também um crime. O povo português não tem o direito de assistir de braços cruzados, ou com simples protestos platónicos, à chacina de povos irmãos e aliados, chacina realizada pelos próprios trabalhadores portugueses enquadrados no circuito fascista, como coroamento de cinco séculos de opressão e pilhagem colonialista. Todos nós somos também responsáveis pelo que se passa em África.

Os trabalhadores portugueses sofrem a dura exploração capitalista nas fábricas e nos campos; mas os povos das colónias são expoliados da maneira mais infame, são arrebanhados nas «aldeias estratégicas», vêem os seus direitos nacionais e a sua cultura espezinhados pelo ocupante português, em nome do «multirracismo». Nas prisões políticas de Portugal há uma centena de presos; mas no Tarrafal, na ilha das Galinhas, no Bié, Malvénia, Macham, há milhares e milhares de africanos, condenados à morte lenta nos campos de concentração de estilo nazi. Em Portugal, a polícia abate de vez em quando um militante popular; mas nas colónias faz-se a guerra, mata-se sistematicamente, tentando dobrar as populações pelo terror.

Por isso, nós sentimos a obrigação de intervir por todos os meios para frustrar a política do governo, que consiste em manter a retaguarda calma, a fim de ficar com as mãos livres para descarregar toda a sua ferocidade sobre os povos oprimidos, como vem fazendo. O objectivo que tínhamos em mira com as actividades e a propaganda que desenvolvemos era dificultar por todos os meios o esforço de guerra, erguer um movimento popular de resistência activa contra a guerra, colocar o governo entre dois fogos.

Uma tal atitude desencadeia sem dúvida o furor da burguesia, que não deixará de procurar aniquilar-nos, sob a acusação de «traidores à Pátria». É preciso contudo ter a coragem de a assumir, na certeza de que, desta grande prova histórica, só sairão como revolucionários e progressistas as classes, os partidos, os agrupamentos, os homens e mulheres que ousem lutar activamente pela derrota do governo na guerra colonial. É uma questão fundamental, em que não se pode admitir qualquer compromisso, sob pena de cairmos no campo da reacção, do colonialismo, do imperialismo.

E quanto às acusações de «traição à Pátria», não as tememos. Nós dizemos abertamente que os trabalhadores não têm qualquer obrigação para com a pátria burguesa, que lhes arranca o produto do seu trabalho, que os reprime pela violência e por fim lhes exige que dêem a vida na guerra - tudo para garantir a taxa de lucro dos capitais investidos! As obrigações de cada trabalhador são para com a sua classe, para com o povo, para com os povos irmãos das colónias e de todo o mundo, não para com a burguesia e o imperialismo que lhe sugam o sangue.

E àqueles que tão virtuosamente se indignam com a nossa posição, podemos perguntar : o que é trair a pátria? Não será sacrificar milhares de vidas e milhões de contos em África para assegurar os lucros da extracção do petróleo, dos diamantes, do ferro, do café, do algodão, do sisal? Não será abrir o país à invasão dos monopólios americanos, ingleses, alemães, japoneses, transferindo para o estrangeiro o contróle da economia nacional? Não será conceder bases militares a americanos, alemães e franceses? Não será criar o paraíso para a burguesia parasita e o inferno para os operários e camponeses que tudo produzem? Não será receber milhões de turistas e expulsar meio milhão de camponeses famintos, à procura de trabalho pela Europa? Isto sim, é trair os interesses do povo português e contra isto lutamos nós. Rejeitamos esse «patriotismo» do capital, que se manifesta simultaneamente na guerra implacável aos

povos oprimidos das colónias e na submissão abjecta perante os *trusts*, para que os lucros não faltem. Ele prova a total degeneração da burguesia nacional, como classe ultrapassada pela história que tenta sobreviver amontoando crimes.

É verdade que, na ânsia de lutar contra a guerra, sobrestimámos as nossas forças mas, se o fizemos, foi por não quisermos ser confundidos com a oposição «ordeira» que condena hipòcritamente a guerra mas deixa passar todas as ocasiões de lutar contra ela. Nós sabíamos e sabemos que a história registará a igomínia, não só dos governantes que ordenaram e prosseguiram uma tal guerra, mas também daqueles que, estando na oposição ao governo, puderam suportar durante tantos anos essa situação e não souberam fazer mais do que lançar campanhas «cívicis», criticar sobranceiramente a «imaturidade» das tendências «terroristas» e manobrar para tentar salvar o colonialismo sob uma forma neo-colonialista.

Todos assumirão as suas responsabilidades perante o nosso povo e perante os povos do mundo, os que fizeram a guerra e os que a consentiram. Sim, nós quisemos ir mais longe do que o permitiam as nossas forças, é verdade! Quisemos acorrer em auxílio dos heroicos guerrilheiros africanos, para salvarmos a honra dos comunistas portugueses e do povo português. Se cometemos erros, uma coisa é certa : não ficaremos como cúmplices da burguesia fascista e do imperialismo, ficaremos como aliados verdadeiros dos povos coloniais, ficaremos como percussores da grande revolução popular que varrerá Portugal.

Aceitamos a acusação. A vossa sentença regozija-nos como prova da justeza da nossa actuação. Foi Mao Tsé-tung que disse : «O facto de o inimigo nos odiar e nos atacar não é uma coisa má, pelo contrário, é uma coisa boa; porque isso indica que o inimigo já sente os nossos golpes e que estamos na via justa».

VIVA O PARTIDO COMUNISTA RECONSTRUIDO !

VIVA O INSURREICÃO POPULAR ANTI-FASCISTA !

**VIVA A LUTA LIBERTADORA DE ANGOLA, MOÇAMBIQUE E
GUINÉ !**

**VIVA O PENSAMENTO REVOLUCIONÁRIO DE MAO TSE-TUNG,
GUIA DOS OPRIMIDOS DE TODO O MUNDO !**

declarações

de ruy d'espiney

I

O PARTIDO COMUNISTA

1. Toda a acusação assenta **exclusivamente** no facto de ter per-tencido à Frente de Acção Popular (FAP). Nenhuma referência é, pois, feita à minha actuação como militante do CMLP (Comité Mar-xista-Leninista de Portugal), e, no entanto, foi precisamente em seu nome e na defesa dos seus interesses que desenvolvi toda a activi-dade política desde 1964.

Nem podia ser de outro modo. Querendo, como queria, o triunfo da Revolução Socialista em Portugal, eu tinha, forçosamente, de sobre-pôr o trabalho no seio dum núcleo comunista - como é o CMLP - ao trabalho no âmbito duma frente de massas - como é a FAP.

Na verdade, a ideia da Revolução Socialista identifica-se total-mente com a de Revolução Proletária pois que, como Max o demons-trou, so o proletariado está em condições de lutar e de, simultânea-mente, dirigir o conjunto dos trabalhadores através das diversas fa-ses que vão desde a conquista do poder à completa abolição das classes. Isso, quer pelo lugar que ocupa na produção, quer por ser a classe mais explorada (a que mais lucro dá ao patrão) e a única que **nada** tem a perder - mas só a ganhar - com a mesma revolução.

No entanto - e como Lenine o soube mostrar - a classe operária não só não pode, **por si só**, ir além das reivindicações sindicalistas, como tende, à medida que o capitalismo se desenvolve e fortalece, a enveredar pela via do reformismo, pela via da conquista de posições económicas, sociais e (mesmo) políticas, mas no âmbito das estruturas da sociedade burguesa, **sem as pôr pròpriamente em causa.**

Quer, pois, para dar o passo (decisivo) à frente, quer para não se desviar dos seus objectivos, o proletariado tem de dispor duma direcção política clarividente; tem de possuir um Estado-Maior Revolucionário, activo e estruturado; tem, em suma, de estar dotado dum Partido de classe, organizado na base dos princípios leninistas do centralismo-democrático e guiado pelo pensamento criador de Marx, Engels, Lenine, Staline e Mao Tsé-tung. Como diz este último, «sem um partido revolucionário, sem um partido fundado sobre a teoria revolucionária marxista-leninista é impossível conduzir a classe operária e as grandes massas populares à vitória (...)».

2. Organizar o Partido da classe operária, reforçá-lo mais e mais, sempre e sempre, é, pois, a essência da actividade comunista. Todo e qualquer outro trabalho, por mais decisivo que seja para a própria revolução, é consequente daquele, depende dele, está sob o seu contròle.

O CMLP não é o Partido do proletariado português, mas é o seu embrião, a sua «base de lançamento». Não substituindo o vazio deixado pelo golpe revisionista ele é, de qualquer modo, a guarda avançada dos comunistas e, como tal, mais importante para estes do que qualquer outro movimento, legal ou ilegal, a que se liguem ou a que dêem origem. Evidente se torna, pois, que as minhas actividades na FAP se subordinam, forçosamente, aos interesses do Comité.

Como se explica, então, que seja aqui omitido o seu papel? Verdade se diga que somos - eu e os camaradas da direcção - os grandes responsáveis por isso acontecer.

A partir da constatação de que a classe operária portuguesa se encontrava decapitada, sem o seu Estado-Maior Revolucionário, impunha-se centrar o fundamental dos nossos esforços na reconstituição do Partido Comunista de Portugal. Em vez disso, contentámo-nos com a existência dum Comité e lançámo-nos imediatamente no desenvolvimento da Frente Popular, convencidos de que tal desenvolvimento facilitaria a expansão do próprio CMLP e a subsequente transformação deste no Partido.

Deu-se, naturalmente, o inverso. O trabalho comunista, não suficientemente consolidado, dissolveu-se na actividade antifascista... O carácter revolucionário (e, no essencial, correcto) desta, ganhou raízes, tornou-se conhecido, adquiriu prestígio entre as massas e assustou a burguesia; enquanto que o trabalho comunista se esbateu, quase se esfumando, assim que a polícia desmantelou o nosso aparelho clandestino.

Este erro, que tem, apenas, a vantagem de alertar a actual direcção marxista-leninista para a necessidade de encarar a reconstrução do Partido como a tarefa «Número-Um» do momento, mostra bem a responsabilidade que me cabe no silêncio em que a PIDE envolveu o CMLP. **Tal silêncio** - que equivale, na prática, a acusar-me pelo secundário em prejuízo do principal - **não deixa, porém, de constituir uma das muitas incongruências da acusação que me é movida.**

A FRENTE POPULAR

3. Quer isto dizer que repudio a FAP? De forma alguma! A existência da Frente Popular é **uma condição necessária** ao triunfo sobre a burguesia... E é fácil demonstrar porquê.

O proletariado é, como se viu, a classe da Revolução Socialista. Ao contrário, porém, das outras classes que já fizeram as suas revoluções, ele não dispõe duma base de poder económico em que se apoie; **mas, apenas, dos aparelhos de natureza política e revolucionária que forjar.** E, no entanto, tem de lutar contra um inimigo implacável, disposto a recorrer a todos os métodos para sobreviver como classe dominante e que possui (no caso português) um já considerável poderio económico, apoiado num aparelho político, fortalecido por longos anos de experiência na repressão popular.

Daqui resulta, para o operariado, a impossibilidade de sair vitorioso, não só se não souber obstar a que a burguesia se alie - mercê de manobras demagógicas - às outras classes trabalhadoras que oprime, como se não conseguir atrair estas para o seu lado. Só pelo número, pelo reforçamento da sua frente da batalha, tornará nulas as enormes vantagens que sobre ele teria, o inimigo, num combate a dois.

Já Lenine, analisando as causas da derrota da «Comuna de Paris», mostrou que o erro do proletariado francês não fora só (como até então se dissera) o de ter passado à defensiva quando se impunha continuar na ofensiva; mas, também, o de não haver sabido construir previamente, a aliança com o campesinato. Foi, aliás, a constatação dessa realidade que, uma vez posta em prática, possibilitou o triunfo da grande Revolução de Outubro e de todas as revoluções que se seguiram de 1917 até hoje.

Assim, pois, também a classe operária portuguesa, para tomar o poder e conservá-lo, tem de construir a sua aliança com o campesinato pobre. E não só com ele, mas ainda com o semiproletariado urbano (os artesãos e os empregados) e os demais sectores susceptíveis de apoiarem a Revolução Socialista.

4. Pois bem : a aliança política dos operários com os restantes trabalhadores portugueses para a Revolução que lhes dará o PÃO, a TERRA, a PAZ, a LIBERDADE e a INDEPENDÊNCIA - os 5 grandes objectivos imediatos dos oprimidos - far-se-á, precisamente, através da Frente de Acção Popular . **Esta é portanto, um órgão de luta tão vital como o Partido.**

Importa, contudo, ter presente que as restantes classes trabalhadoras, embora em profunda contradição com a burguesia, não são tão revolucionárias como o proletariado, tendendo a vacilações, a recuos, a concessões no terreno dos princípios que podem pôr em causa, a todo o momento, a marcha para o Socialismo.

Daí que, sendo indispensável a existência da FAP, o seja, também, garantir que ela não degenera; garantir que, pelo contrário, se lance na luta por objectivos cada vez mais avançados. Ora, precisamente porque isso só é possível fazendo-a subordinar à direcção do proletariado e do seu Partido é que eu, longe a repudiar, ressalvo, porém, a prioridade da minha actividade como militante do CMLP.

...Tal prioridade corresponde à prioridade e predomínio do núcleo comunista sobre a frente popular !

III

O EXÉRCITO POPULAR

5. Confusão quanto às linhas mestras do pensamento revolucionário por que me tentei guiar quando lutava no seio do CMLP e - através deste - na FAP, é, também, o que a acusação mostra (e fomenta) ao atribuir à Frente a **execução** dos actos violentos cometidos pelos Grupos de Acção Popular (GAPs), como protesto contra a farsa eleitoral de 1965.

Em boa verdade, a FAP não so é inteiramente solidária com tais actos como os anima e propaga deia com calor. Ela encara mesmo, **como uma das tarefas mais importantes**, a de levar o povo a compreender a necessidade de se atrever a executá-los. Frente de acção política que é, não lhe compete, porém (tal como não compete à direcção comunista), **empreender** o fundamental das acções violentas contra as forças repressivas do estado burguês. **Essa forma superior de luta política que será a guerra revolucionária pelo derrubamento do fascismo, assentará (no essencial) numa organização com vida própria, criada para esse fim - o Exército de libertação popular.**

Pois bem : os grupos que lançaram os *cocktails Molotov* na esquadra do Matadouro e na Escola da PIDE traduzem, precisamente, as primeiras tentativas de formação desse Exército.

Esses grupos constituíram-se por iniciativa da FAP e ficaram sob o seu contrôle. No entanto, não só se diferenciavam dela - já nessa situação de dependência - pela natureza das acções que se propunham levar a cabo, como tendiam (na precisa medida em que se desenvolvessem) a uma progressiva separação e autonomia orgânica.

6. Foi justo lançar tais grupos? Uma vez que, fazê-lo, possa ter contribuído para desviar-nos da tarefa fundamental que era - enquanto militantes comunistas - a reconstrução do Partido, não o terá sido. Isso não impede que seja este o processo marxista-leninista para se estruturar o exército popular com força para conduzir as massas ao poder.

Na verdade, não se pense que é possível aparecer, dum momento para o outro com um exército revolucionário desde logo preparado para os maiores combates e já com os generais e soldados necessários. Bem ao inverso; confiando inteiramente em que é sempre possível levar os oprimidos a «atreverem-se a lutar e a lutarem» contra os opressores, a «atreverem-se a forjar e a forjarem» a força militar que os libertará, os comunistas portugueses (e de todo o mundo) sabem, porém, que isso só se consegue através dum processo lento e prolongado e sob a iniciativa e o impulso da minoria mais combativa e já hoje consciente.

Essa minoria de vanguarda precisa de chamar a si os primeiros combates. Através destes - que terão de começar por ser de pequena envergadura - ela própria se fortalece : ganha experiência, disciplina-se, aprende a lutar melhor... Ao mesmo tempo, através das vitórias parciais que alcance sobre o inimigo, das dificuldades que lhe crie, vai provando que o fascismo não é tão forte como aparenta, que pode ser vencido, que não passa dum «colosso com pés de barro», animando, assim, novos combatentes (e não às primeiras, que não se perdem num dia, os hábitos criados por trinta anos de pacifismo) a juntarem-se-lhe para o empreendimento de novas lutas já de maior vulto! E assim sucessivamente, «partindo do pequeno até chegar ao grande», quer no que se refere à envergadura das lutas, quer no que se refere à envergadura da organização.

É evidente que não bastam os sucessos militares para se conseguir a acumulação das forças necessárias à constituição dum exército apto a vencer... Na verdade, é preciso, também, um trabalho sistemático de entrelaçamento, estruturação e disciplinização dos

novos destacamentos que a violência revolucionária engendrar. E, ainda, preciso salvaguardar - por meio duma apertada vigilância da classe operária (através do seu Partido) e duma educação ideológica intensiva - que os combatentes armados se vinculem **sempre** à defesa dos interesses dos trabalhadores : quer protegendo-os nas suas lutas políticas, quer atacando os seus inimigos de classe, quer auxiliando-os na sua labuta pelo pão. E, acima de tudo, é preciso levar os Soldados da Revolução a terem a percepção total de que o trabalho de consciencialização junto das massas populares lhes é tão importante como saber manejar um fusil... ou ainda mais!

Cumpridas, porém, estas condições, nenhuma dúvida deve existir quanto à possibilidade de, a partir de GAPs, se chegar à formação do Exército de libertação popular.

7. Pode haver quem pense que a criação deste exército constituirá uma dispersão de esforços. Erro profundo.

A burguesia necessita de partidos políticos para dirigir e enquadrar a sua classe; assim como necessita dos seus órgãos de imprensa para confundir e alienar as massas ou das suas leis para as reger e melhor as explorar. Transitóriamente pode, porém, prescindir de tudo isso (como, aliás, aconteceu em vários momentos históricos) sem, por esse motivo, perder os seus privilégios e o controle da situação. Sem o exército (e, por extensão, sem a polícia) é que nunca pôde nem poderá passar, pois é ele que, acima de tudo, garante a sua sobrevivência como classe dominante e exploradora. Isso porque, como disse Mao Tsé-tung : «o poder sai pelo cano da espingarda».

Também o poder do povo sairá do cano da espingarda... E tal como a espingarda da burguesia é empunhada pelo exército da reação, a espingarda dos trabalhadores terá de o ser pelo seu contrário, o exército da revolução. Não basta, pois, prometer a tomada do poder pela força; se não se lançarem as bases do exército que torne isso

possível, estar-se-á, na prática, a enganar as massas para as calar.

Quer dizer : assim como o Partido Comunista de Portugal será a cabeça (e, simultâneamente, o coração) dos explorados; assim como a FAP se imporá como o braço político destes; o Exército de libertação popular surgirá como o seu braço armado!

O Partido da classe operária, a Frente dos trabalhadores e o Exército dos soldados do povo : eis o tripé em que se apoiará a Revolução Socialista em Portugal!

O OBJECTIVO COMUNISTA : O DERRUBAMENTO DA BURGUESIA E DO SEU ESTADO

8. Afirma-se, na acusação, que a FAP visa «alterar a constituição do Estado Português e mudar a sua forma de governo». Nada se poderia dizer de mais vago e incompleto; nada que menos definisse os objectivos que os comunistas - que enquadravam a FAP - se propunham atingir.

Com efeito, em que é que esta acusação nos diferencia das outras correntes antifascistas? Em nada! Na realidade, é sabido que todas as forças da «Oposição», até mesmo as toleradas pelo governo (as da burguesia liberal), manifestaram, por várias vezes, a intenção de lutarem pela transformação da Constituição em vigor numa mais democrática, assim como pela mudança da forma actual de governo. Por aqui se concluiria, pois, que, à parte a posição assumida perante o recurso à violência, nada faz diferir o movimento que os marxistas-leninistas encabeçam, dos outros movimentos antifascistas. Ora, se é verdade que, num ou outro momento táctico, os comunistas poderão possuir objectivos a curto prazo, semelhantes aos duma ou doutra das forças democráticas - ao ponto de aceitarem alianças para os alcançar - é nitido o muito que os separa de **TODAS** elas... **Especialmente pelo que «visam» fazer!**

Que «visam» então, em Portugal, os marxistas-leninistas enriquecidos pelo pensamento de Mao Tsé-tung? Apenas alterar uma constituição e mudar um governo? Não! O seu grande, o seu verdadeiro objectivo é substituir a actual ditadura da burguesia pela Ditadura do Proletariado e, **através desta**, construir a sociedade socialista, fazer a Revolução Cultural, preparar, enfim, a passagem ao comunismo.

Não são, pois, a Constituição e o Governo, por si sós, que estão em causa, mas, fundamentalmente, a classe que uma serve e o outro representa. ...Na verdade, o que acima de tudo está em causa, é a classe e o poder económico dos Melos, dos Cupertinoos, dos Chamalimauds, dos Covilhas, dos Espírito Santo & Cia; o que está em causa é a burguesia no seu conjunto e, por extensão, os imperialistas (particularmente americanos) que a apoiam e controlam; o que está em causa é, em suma, «a exploração do homem pelo homem».

9. Quer isto dizer que os comunistas desprezam o papel do Estado? De modo algum! Os comunistas nada têm de idealistas sonhadores, de construtores de castelos no ar! Eles sabem que o domínio dum classe sobre a outra se faz mercê dos seus órgãos de poder político! Eles sabem, pois, que a derrocada da burguesia tem **FORÇOSAMENTE** de passar pela derrocada do seu aparelho de Estado.

Mais ainda : eles sabem que a importância do Estado burguês (para a burguesia) é tao grande que, como dizia Lenine, dele «não pode ficar pedra sobre pedra». Sabem que se ele não fôr arrasado até às últimas consequências; se, portanto, transitar para a sociedade do proletariado alguma das formas do poder burguês, a reacção disporá sempre dum arma em que se apoiar nas inevitáveis tentativas que fará para reconquistar as posições perdidas, ameaçando, desse modo, a consolidação da Ditadura do Proletariado.

Assim, pois, os marxistas-leninistas não «visam» uma mera alteração da constituição ou das formas de governo, mas a destruição completa de todo o Estado burguês. E se, ao defenderem esta posição, os verdadeiros comunistas portugueses não fazem mais do que identificarem-se com os verdadeiros comunistas de todo o mundo, a realidade é que a defendem tanto mais obrigatoriamente quanto o poder económico e o poder político da burguesia capitalista em Portugal, se interpenetraram de forma particularmente íntima.

Com efeito, para vencer o atraso em que se colocou (por razões históricas determinadas) em relação às burguesias de outros países, a burguesia portuguesa necessitou duma forte centralização política, necessitou de entrelaçar o capital privado com o estatal; necessitou de entregar grande parte da iniciativa - em ramos fundamentais da economia - ao seu governo, tanto no capítulo da concentração como no do investimento. Só assim conseguiu negociar com o capital estrangeiro, melhores condições na venda do país e das colónias; fazer frente aos movimentos reivindicativos dos trabalhadores que a desgastavam, vencer a falta de dinamismo de que estava marcada pelo facto de se ter formado com base, **quer** nos lucros fabulosos arrancados às colónias, sem precisar de correr riscos em grandes empreendimentos, **quer** numa estrutura agrária que só há pouco perdeu a maior parte do seu peso económico e das suas características feudais ou semi-feudais. Mas ao consegui-lo, abriu caminho ao que se pode classificar de Capitalismo Monopolista de Estado.

São, pois, ainda mais visíveis, ainda mais claras do que noutros países, as razões que levam os comunistas de Portugal a concentrarem os seus esforços na luta contra o Estado burguês... **Contudo, é preciso nunca esquecê-lo, não para o reformar - como querem os révisionistas - mas para o destruir de alto a baixo e como meio de esmagar a burguesia, enquanto classe.**

A VIA PARA O DERRUBAMENTO DO FASCISMO

10. Considera a acusação que a FAP (leia-se : o conjunto do movimento dirigido pelos marxistas-leninistas) assenta a sua luta nos «meios violentos e não consentidos».

Para se dar uma ideia completa dos métodos de luta adoptados pelos marxistas-leninistas, seria preciso dizer que eles utilizam, também, os «semi-tolerados» e, até, os «consentidos». Por outras palavras, seria preciso dizer que eles desenvolvem a sua actividade em três planos : o legal, o semi-legal e o ilegal; que têm, mesmo, a maior cautela em explorar as potencialidades que cada um destes oferece e em não misturar uns com os outros.

Na verdade, os comunistas não ignoram que o terreno da luta legal lhes permite um largo contacto com as massas e, por conseguinte, a possibilidade de as formar e consciencializar, de se aperceberem dos seus mais sentidos anseios e de descobrirem militantes e quadros que venham reforçar o conjunto do movimento antifascista.

Do mesmo modo, os comunistas não ignoram que as lutas e organizações semi-legais, proporcionando, também (na maioria dos casos), um largo contacto com a base - e as vantagens de educação política daí resultantes - permitem, ainda, o empreendimento de acções necessárias ou úteis à preparação do clima insurreccional; acções que, não justificando a montagem de aparelhos clandestinos, se não podem desenvolver legalmente.

Os comunistas não ignoram, além disso, que tanto os movimentos legais como os semi-legais, se podem tornar verdadeiros «trampolins» para lutas superiores. Os comunistas não poderiam, pois, des-

prezar qualquer destes dois auxiliares preciosos no estorço que fazem para o derrubamento do fascismo.

É, no entanto, justo sublinhar que, ao se citarem, apenas, a acção clandestina e a violência como os meios de combate adoptados pelos marxistas-leninistas, se citam, de facto, os meios que eles consideram verdadeiramente decisivos... **Eles preparam-se, na realidade, para tomar o poder pela violência e com o apoio do conjunto das lutas políticas que se desenvolvam fundamentalmente na ilegalidade!**

11. Nem podia ser doutro modo!

Na História há casos de lutas de classes que se resolveram mais ou menos pacificamente. Assim, por exemplo, a aristocracia feudal de alguns países (nomeadamente da Inglaterra) aceitou, sem grandes resistências, que a burguesia capitalista tomasse o poder. Isso, porque esta não veio acabar com a sociedade de classes, mas, apenas, dar-lhe novas características: a aristocracia pôde continuar a exploração dos trabalhadores e, até intensificá-la: bastou-lhe, para tanto, capitalizar-se - por si mesma ou entrelaçando-se com a burguesia.

No entanto, já não é concebível que a classe dominante no capitalismo aceite, passivamente, que o seu contrário - o proletariado - lhe arranque o poder das mãos, uma vez que este não se propõe construir uma nova sociedade de classes, onde ela pudesse continuar (adaptando-se) a viver à custa do sangue e do suor dos trabalhadores, mas sim uma sociedade sem classes, uma sociedade onde, portanto, não haja lugar para qualquer forma de exploração, uma sociedade organizada segundo o princípio de igualdade marxista: «de cada um segundo as suas possibilidades, a cada um segundo as suas necessidades». A burguesia sabe, pois, que a instauração da Ditadura do Proletariado equivale, de facto, à sua sentença de morte ou, melhor ainda, à sentença de morte dos seus privilégios de classe.

Daqui resultam características especiais para a luta burguesia-proletariado, em relação às lutas de classes que se travaram desde o aparecimento da propriedade privada. E a principal dessas características reside, precisamente, no facto dessa luta não se resolver senão pela violência: a violência da burguesia em defesa dos seus privilégios reaccionários, contra a violência dos trabalhadores, pela conquista dos seus direitos revolucionários.

É sabido que, em certas circunstâncias, a burguesia tem necessidade, para melhor se desenvolver, duma larga democratização das estruturas. Nessas circunstâncias podem surgir, eventualmente, possibilidades para a conquista do poder por via legal e pacífica; possibilidades que - já Lenine e Mao o frizaram - devem ser aproveitadas. No entanto, não só tal eventualidade é historicamente remota - e se torna, portanto, profundamente errado assentar nela a linha estratégica dum Partido - como, no caso dela se verificar, isso não anula a necessidade de se recorrer à violência, na medida em que a burguesia, derrotada numa luta eleitoral, não hesitará em lançar, contra os trabalhadores, o exército que, tendo sido por si formado, continuará, naturalmente, ao seu serviço. Em última análise, é preciso ter presente que a burguesia só aceita a democracia enquanto esta servir os seus interesses, enquanto tiver forças para a sustentar, enquanto estiver certa de que os «votos» lhe não tiram o poder!

Quer, pois, para tomar o poder, quer para o conservar, os comunistas não podem prescindir, por mais democrático que seja o regime, por mais liberdade que ele permita, do trabalho clandestino e de preparação da violência, ao lado do legal e pacífico.

12. Ora, se mesmo nas democracias burguesas, os comunistas têm de basear a sua linha de acção no facto de o contrário dialéctico de Exploração ser a Revolução - e não a «conversão» do explorador à causa do explorado - qual será o essencial da actividade comunista num país fascista, militar e policial, como o nosso?

...Que vias restam aos marxistas-leninistas para levarem o proletariado ao poder num país em que a classe dominante se apoia, desde há longa data, na repressão aberta das massas?; num país em que a polícia não hesitou em matar, a tiro, comunistas como Alfredo Dinis, Catarina Eufémia, Cândido Capilé e tantos outros e, até mesmo, democratas como Humberto Delgado?; num país em que não são permitidos quaisquer partidos políticos da oposição?; num país em que os antifascistas são presos e torturados, nalguns casos até à morte, como sucedeu com os militantes operários José Moreira, Militão Ribeiro e vários outros?

...Para que se devem os oprimidos preparar num país cujo regime foi instituído por golpe militar, isto é, com recurso a «meios violentos e não consentidos»?; num país em que é negado o direito de voto à maioria esmagadora da população e em que se tem recorrido às mais descaradas burlas eleitorais?; num país em que se recusa aos trabalhadores o direito inalienável à greve?; num país em que só podem ter existência legal, «sindicatos» com direcções impostas pelo governo dos patrões?; num país em que a censura prévia amordaça a informação e a cultura?; num país em que se responde às reivindicações mais elementares e mais justas com o encerramento de escolas, associações ou grupos recreativos?

...Que devem fazer os comunistas num país em que se procura afogar no sangue os anseios dos povos das colónias à liberdade e à independência?

- A resposta é sempre uma : desencadear a violência!

Em Portugal, há mais de quarenta anos que a violência se impõe, forçosamente, como solução única, mesmo para se alcançar, apenas, uma democratização de estruturas, no âmbito duma sociedade burguesa... Quanto mais não se imporá ela quando o objectivo é derrubar a própria burguesia!

13. A rendição da guarda, verificada há pouco mais dum ano, nos altos comandos do Estado burguês, espalhou ilusões de que se teria entrado numa via de gradual democratização do regime. Tais ilusões reflectem apenas oportunismo ou falta de capacidade de análise da situação.

O governo de Marcelo Caetano apareceu, de facto, com maior dinamismo do que o de Salazar e insinuando a intenção do proceder a uma certa liberalização. A que atribuir o que pode ser tomado como um novo estilo de trabalho? A uma mudança de regime? Não! Simplesmente a novas necessidades que se vinham pondo à burguesia portuguesa.

Com efeito, para poder prosseguir com a guerra colonial e, simultaneamente, com a sua expansão económica, a burguesia portuguesa vinha sentindo a necessidade de animar e intensificar a chamada de capitais estrangeiros para o país; a necessidade de ser aceite, ainda que como «parente pobre», nos arranjos e combinações económicas internacionais. Nesse intuito havia que vencer a sensação de insegurança que sempre oferece (para o que investe) um país pouco desenvolvido que se lança numa guerra de agressão colonial, em três frentes; havia que insinuar a ideia de que, ao contrário do que se pensa (e acontece), se vive, em Portugal, num clima de estabilidade, de harmonia e de liberdade política... Para tanto, para dar essa noção de confiança, nada havia de melhor do que começar a fazer o «jogo da democracia» - jogo tanto mais útil quanto permite ainda (desde que bem conduzido) a possibilidade de iludir (e, portanto, de atrair ou neutralizar) vastos sectores menos consciencializados da população. Sabendo, **porém**, que não dispunha de força para sustentar uma democracia «a sério», a burguesia portuguesa tinha de conseguir aparentá-la, **sem, no entanto, destruir a essência fascista do regime em vigor...** Pois é essa, e apenas essa, a missão (e o objectivo) de Marcelo : dar mostras de democratização sem democratizar.

É assim que os novos governantes aparecem, durante a campanha

eleitoral, «mostrando» que dão liberdade sem, contudo, a darem; manobrá em que provam ser tanto mais hábeis quanto conseguem arrancar o aval dos «nossos» democratas, levando-os a participar na farsa até ao fim... É assim que surge a série de pequenas medidas que nada mudam mas que tendem a dar a ideia do contrário, a ideia de que o governo alargou a sua liberdade e de que a sua política goza do apoio das largas massas.

«Mas não terão ocorrido, mesmo, alterações, ainda que pequenas, a favor dos trabalhadores? Não!»

Na verdade, será que acabou o esforço de guerra nas colónias? Pelo contrário, intensificou-se. O aparelho de repressão mudou de nome, mas continua com a mesma estrutura, os mesmos quadros e, acima de tudo, os mesmos métodos. A censura prévia prossegue atenta e apertada (há, até, mais dificuldades do que no tempo de Salazar, em fazer passar nòs jornais certo tipo de notícias : concretamente as que mostrem a falsidade da «liberalização» como é o caso dos julgamentos de antifascistas). A proibição de partidos políticos nao foi levantada. Os comunistas e, em geral, os antifascistas, permanecem nas cadeias. O governo não recorrerá, provà velmente, à fraude na contagem dos votos; mas isso apenas porque salvaguardou o seu triunfo eleitoral, afastando os trabalhadores das urnas. E tudo o mais se mantém, quando muito com modificações de forma, nunca de conteúdo.

Quer dizer, o fascismo continua. Até mais, reforçou-se. Consequentemente, a violência continua, também, a ser a ÚNICA via que se oferece à classe operária e aos trabalhadores em geral, para se libertarem!

O INTERNACIONALISMO

14. Nada diz a acusação sobre o facto de ter procurado guiar-me - na actividade política que desenvolvi na FAP, nos GAPs e, especialmente, no CMLP - pelo princípio revolucionário do Internacionalismo Proletário. Omite-se, pois, deste modo, um dos aspectos que mais ajudaria a diferenciar a perspectiva política que nos animou - enquanto militantes marxistas-leninistas - da perspectiva política das demais forças antifascistas.

Com efeito, desde que Marx deu a palavra de ordem, «Proletários de Todo o Mundo, uni-vos!», que a posição perante o internacionalismo vem sendo factor fundamental de distinção entre comunistas e falsos comunistas, entre comunistas e não-comunistas. Na verdade, enquanto tem sido característica de todos os oportunistas - desde os sociais-democratas aos revisionistas modernos - e, duma forma geral, de todos os políticos burgueses, o «choradinho-patrioteiro» e chauvinista; é, pelo contrario, característica dos verdadeiros comunistas, não abdicarem, sob quaisquer pretextos, da propaganda e da luta pela implantação duma sociedade sem classes, num Mundo sem fronteiras, unido e pacífico. Assim, também em Portugal, os marxistas-leninistas se podem distinguir de todos os «democratoides» e falsos-progressistas, em particular pelo seu intransigente internacionalismo.

Ao proclamarem isto, eles sabem que se tornam alvo da propaganda reaccionária no sentido de os apresentar como antipatriotas, o que os deixa, no entanto, completamente indiferentes. Materialistas-dialécticos que são, eles sabem que o sentimento de «Pátria» só nasceu depois do aparecimento da propriedade privada e ligado a ela; sabem, pois, que ao abolirem esta ficam criadas as condições

para a abolição dum tal sentimento e, portanto, para as possibilidades de se especular com ela. Sabem, ainda, que a internacionalização das «pátrias» se apresenta como a única forma de resolver, de modo definitivo e eficaz, as dificuldades económicas dos povos e as contradições entre eles, permitindo, assim, uma paz real e duradoura. Eles sabem que são, em consequência, os verdadeiros defensores do seu povo ou, o que ainda é mais importante, os verdadeiros defensores e representantes do movimento pela paz e pelo progresso a que todos os povos aspiram.

É necessário ressaltar que os comunistas estão conscientes de que um tal objectivo se não concretizará num futuro próximo. As largas massas, mesmo as desprovidas de bens, encontram-se, mercê da força da propaganda ideológica da burguesia, impregnadas dum nacionalismo que não pode ser reprimido (embora tenha de ser combatido), sob pena de as voltar contra a direcção operária. Na verdade, enquanto se pode tornar relativamente rápido mostrar a essas massas, as vantagens que alcançarão com a socialização dos meios de produção, já será mais lento levá-las a aceitar e a **desejar** a integração dos povos. Isso na medida em que a ideologia (e o patriotismo pertence à ideologia) permanece, durante vasto tempo, para além das condições que a geraram.

Daí que seja, não só possível como aconselhável, fazer a revolução socialista, país a país e, só depois, - assegurada a posse dos meios para a reeducação ideológica das massas - caminhar para a destruição das fronteiras.

15. Anulará isto a obrigatoriedade que os comunistas têm de, desde já, desenvolverem o internacionalismo, tanto no pensamento como na acção? De modo algum! Sendo a mesma, a natureza do inimigo que oprime os operários de todo o Mundo (e, com a expansão do imperialismo americano **não é só a sua natureza que é a mesma mas é o próprio inimigo que se vem tornando o mesmo**), sendo também comum - como se viu - o objectivo dos comunistas que os represen-

tam, é, naturalmente, idêntica a sua luta. Daí a necessidade de os marxistas-leninistas de cada país apoiarem a luta pela liquidação da reacção nos outros países - tanto mais activamente quanto é sabido que a edificação efectiva e total do comunismo só será possível quando não existirem forças reaccionárias no poder, a cercarem e a tentarem minar os países que já deram os primeiros passos no caminho para a sociedade sem classes. Em boa verdade, cada contingente nacional do proletariado não é mais do que um destacamento do proletariado internacional.

Como se compreenderá facilmente, a solidariedade de princípio dos comunistas de todo o Mundo vai concretamente para a classe operária dos outros países. Tal solidariedade tem de manifestar-se : nos combates do dia-a-dia contra o imperialismo, em particular americano, no trabalho sistemático de desmascaramento do social-imperialismo russo e do revisionismo em geral; no mais largo e abnegado esforço que desenvolvam no sentido de voltar a pôr de pé a Internacional Comunista (instrumento fundamental para a consolidação dessa solidariedade); e no reconhecimento incondicional do papel dirigente que cabe à vanguarda do movimento marxista-leninista mundial - o conjunto do Campo Socialista, encabeçado pelo Partido Comunista da China e pelo camarada Mao Tsé-tung.

No entanto - contraditório que possa parecer - as tarefas internacionalistas que os comunistas têm de levar a cabo, visam fundamentalmente (na época actual) o apoio aos povos coloniais e, duma forma geral, aos povos oprimidos. Em primeiro lugar porque, devido à expoliação desenfreada de que estão sendo vítimas pelos colonialistas-imperialistas, radicalizaram, de forma particularmente relevante, as suas posições, constituindo, por isso, no presente, a zona das tempestades. Em segundo lugar porque são o elo mais fraco da cadeia imperialista, o elo, por onde, portanto, esta se poderá partir mais facilmente. Em terceiro lugar porque a sua luta, para se libertarem da exploração imperialista, em especial americana, não só golpeia e enfraquece o inimigo comum do proletariado mundial como influencia este e o ajuda nas suas próprias lutas.

Como se torna evidente, é aos povos de Angola, Guiné e Moçambique que os marxistas-leninistas portugueses devem a solidariedade mais substancial e activa (expressa, não apenas no desencadeamento da luta revolucionária antifascista mas, também, no ataque decidido e violento ao aparelho de repressão colonial). Isso, porque são esses povos que mais directamente contribuem para o enfraquecimento do inimigo que os trabalhadores portugueses enfrentam no dia-a-dia; porque cabem sempre grandes responsabilidades aos proletários das metrópoles, no facto de não haver um combate mais eficaz contra o prosseguimento das guerras coloniais; porque o exemplo e as vitórias das lutas de libertação nacional mais empurram e animam os revolucionários de Portugal para a luta contra o fascismo; porque são, em suma, os mais directos e naturais aliados da classe operária portuguesa.

Por maiores que sejam, porém, os esforços que exijam o cumprimento das tarefas internacionalistas para com os patriotas de Angola, Guiné e Moçambique, os comunistas de Portugal não ficam desobrigados, por isso, de prestarem uma solidariedade militante ao proletariado e aos oprimidos de todo o Mundo. Eles têm a obrigação de apoiarem incondicionalmente (e na acção) todas as lutas revolucionárias, em particular as do Vietnam e do Laos que constituem, hoje, os exemplos mais vivos de como se pode chegar a uma posição de força, partindo duma posição de fraqueza; mostrando, assim, quanto são fortes, na realidade, os povos, por mais fracos que pareçam e quanto são fracos, embora pareçam fortes, os imperialistas e os reaccionários de todo o Mundo; por outras palavras: mostrando, na prática que, na verdade estes não passam, como diz Mao, de «Tigres de Papel»!

CONCLUSÃO

16. Como se vê, pois, a acusação que me é movida caracteriza-se por uma imensidade de imprecisões, de falsidades, de distorções, que só se podem explicar pela forma como se organizou todo o meu processo.

Na verdade, como surgiram as acusações que me são feitas? Através dum trabalho paciente de investigação, de recolha de provas e de informações? através do que, enfim, se costuma designar por «trabalho de polícia»? Não! Elas apoiaram-se em declarações que me foram arrancadas pela violência física e moral.

Com efeito, **desde a tortura pelo sono** - de forma que só duma vez me obrigaram a ficar 190 horas sem dormir - **ao uso de drogas** - como se tem de concluir do facto de eu haver passado (durante o «sono») de estados de enorme prostração para estados de grande vivacidade e vice-versa, quase sem transição - ; **desde o espancamento**, a murro e a pontapé, com cacetes e uma cadeira - no que se destacaram pela sua particular ferocidade, o inspector Cardoso e os agentes Inácio Afonso e Pereira André - **aos insultos** mais nojentos; **desde as ameaças de morte** (o sub-director Sachetti garantiu-me várias vezes que me abateria e a minha mulher e a Francisco Martins Rodrigues; e o inspector Cardoso chegou mesmo a procurar intimidar-me com uma navalha) **às habituais tentativas de compra e humilhação**; todos os métodos foram considerados bons para me quebrarem.

Só, pois, o facto de me «inculparem» com base em «declarações» arrancadas pela brutalidade, explica as incongruências, as inconseqüências, as faltas de nexos da acusação.

A PIDE poderia ter corrigido isso tal como não hesitou em falsificar autos e em intercalar folhas nos que eu assinara (para acabar de amesquinhar e de destruir politicamente um dos que abateria um esbirro seu, de modo a diminuir o brilho duma acção que entusiasmara

muita gente) poderia forjar declarações que dessem maior sentido ao conjunto da acusação. Mas fazê-lo, implicaria a clarificação de pontos de vista defendidos pelos comunistas e isso nunca lhes conviria. O seu interesse é, bem ao inverso, o de impedir por todos os meios ao alcance tudo o que ajude a mostrar a lógica revolucionária dos que, em Portugal, seguem o marxismo-leninismo e o pensamento universal de Mao Tsé-tung.

17. Não se compreenda pelo que digo que me lamento por a acusação não ser mais consistente. Pelo contrário : o que lamento é que o inimigo tenha podido apurar dados...; e, principalmente, saber que isso foi possível em grande parte porque - esquecendo, o exemplo de João Pulido Valente e doutros que demonstraram que na política não se fala; e traíndo a confiança em mim depositada pelos camaradas do CMLP - não fui capaz de defender até às ultimas consequências, os interesses do proletariado. Quer dizer : o que, na verdade, lamento é a responsabilidade que me cabe por haver falhado na PIDE - responsabilidade que o facto de ter conseguido (a certa altura) recuar na via da derrota por que enveredara, só agrava, na medida em que se pude sair duma posição de fraqueza, mais fácil se tornava não ter caído nela!

Daqui resulta, aliás, a única acusação relacionada com todo este processo para que não encontro defesa... E, no entanto, é precisamente essa, a acusação que mais gostaria de poder rebater pois é ela que me tira a qualidade de que mais me orgulhava : a de ser um militante comunista integral!

**VIVA A HERÓICA LUTA DOS POVOS DE ANGOLA, GUINÉ
E MOÇAMBIQUE !**

**VIVAM A REVOLUÇÃO COMUNISTA E O INTERNACIONA-
LISMO PROLETÁRIO !**

**ABAIXO OS IMPERIALISTAS, OS COLONIALISTAS, OS REVI-
SIONISTAS E OS REACCIONÁRIOS DE TODO O MUNDO !**

